



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.717, DE 2024 **(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)**

Dispõe sobre a proibição da utilização de meios eletrônicos de pagamento para a realização de apostas esportivas online no território nacional e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DO CONSUMIDOR;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024
(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Dispõe sobre a proibição da utilização de meios eletrônicos de pagamento para a realização de apostas esportivas online no território nacional e dá outras providências.

Art. 1º Fica vedada a utilização de quaisquer meios eletrônicos de pagamento, como cartões de crédito, débito, transferências bancárias eletrônicas, pix e carteiras digitais, para a realização de apostas esportivas online em sítios eletrônicos que explorem a modalidade de apostas de quota fixa (bets).

Parágrafo único. Esta vedação não se aplica às apostas esportivas exploradas pela União Federal, por meio da Caixa Econômica Federal e seus permissionários lotéricos, e pelos entes estaduais e distrital.

Art. 2º Para os fins desta lei, considera-se:

I - Apostas esportivas online: qualquer forma de aposta realizada através da rede mundial de computadores em eventos de temática esportiva, por meio do qual se coloca determinado valor em risco na expectativa de obtenção de um prêmio;

II - canal eletrônico: plataforma, que pode ser sítio eletrônico, aplicação de internet, ou ambas, de propriedade ou sob administração do agente operador de apostas, que viabiliza a realização de aposta por meio exclusivamente virtual;

III - aposta virtual: aquela realizada diretamente pelo apostador em canal eletrônico, antes ou durante a ocorrência do evento objeto da aposta;



IV - meios eletrônicos de pagamento: qualquer sistema que possibilite a transferência de valores através de dispositivos eletrônicos, incluindo cartões, aplicativos e serviços de pagamento online.

Art. 3º Os agentes operadores que operem apostas esportivas online-bets devem criar nos seus canais e aplicativos que impeçam a utilização de meios eletrônicos de pagamento dispositivos para essas transações.

Art. 4º O descumprimento desta lei por agentes e entidades que ofereçam apostas esportivas online acarretará as seguintes penalidades:

I - Multa no valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

II - suspensão da atividade por até 12 meses;

III - processo administrativo para investigação de outras irregularidades;

IV- cassação da concessão da autorização concedida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda para exploração comercial da modalidade.

Parágrafo único. Em caso de reincidência do agente operador de apostas, a multa prevista no inciso I pode ser aumentada até o décuplo do seu valor.

Art. 5º A fiscalização da presente lei ficará a cargo dos órgãos competentes da União, dos estados e Distrito Federal e dos municípios.

Art. 6º Aplica-se, supletivamente à presente norma, o disposto na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO



A crescente popularidade das apostas esportivas online tem provocado grande preocupação social, pelo endividamento das famílias, em função do “Gambling Disorder”, também chamada de Transtorno do Jogo ou Jogo Patológico, o qual provoca uma série de problemáticas atreladas ao jogo compulsivo, que causa prejuízos significativos na vida do indivíduo, inclusive problemas financeiros.

Além disso, recente estudo apresentado pelo Banco Central do Brasil destacou que parte dos recursos dos programas sociais está indo parar nas casas de apostas. Segundo nota técnica, os beneficiários da Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em bets (empresas de apostas eletrônicas) via Pix em agosto de 2024.

Este quadro atual tem gerado preocupações quanto à proteção dos consumidores, bem como o impacto social negativo associado das apostas pagas com recursos transferidos de modo on line.

A proibição da utilização de meios eletrônicos de pagamento visa a restringir o acesso e reduzir os riscos associados às apostas, promovendo uma abordagem mais segura e responsável e vedando, sobretudo, o gasto de recursos de programas sociais em apostas esportivas.

Deste modo, conto com o apoio dos nobres parlamentares à presente proposição.

Sala das Sessões, setembro de 2024.

LUIZ CARLOS HAULY

DEPUTADO FEDERAL

PODEMOS PR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 14.790, DE 29 DE
DEZEMBRO DE 2023**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14790-29dezembro-2023-795206-norma-pl.html>

FIM DO DOCUMENTO